

Relatório Anual da Atividade da Comissão Especializada Permanente Educação, Cultura, Juventude e Desporto

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão suprarreferida no ano 2018.

Assim,

Na reunião ocorrida no dia trinta de maio sobre a moção que baixou à Comissão, apresentada pelos deputados municipais do Partido Social Democrata, relativa ao “Programa de Estágios de Verão”:

Ficou estabelecido, conforme consta na ata n.º 2/XII-1.º/2017-21, que o grupo municipal do Partido Social Democrata irá desenvolver o esboço do “Regulamento do Programa de Estágios”, no qual seja considerada a perspetiva pedagógica de estágios integrados que possam ser alargados não ficando alocados apenas aos meses de Verão; inclua um processo de avaliação, auscultação das necessidades, critérios de seleção, acompanhamento técnico e integração de cidadãos com necessidades educativas especiais. No seguimento desta ação sugeriu-se a audição aos Agrupamentos de Escolas do Concelho, Câmara Municipal, SMAS, IEFP e Ministério da Educação.

Na reunião ocorrida no dia nove de julho recebemos a Associação de Coletividades do Concelho de Almada (ACCA), representados pelos senhores: Jorge Rocha, Carlos Alberto Rosado e António Simões, no sentido de aferir a atual situação do Movimento Associativo Popular (MAP) Almadense.

Na presença dos deputados municipais que compõem a 2.ª Comissão, os dirigentes da ACCA manifestaram preocupação pelo facto de a Câmara Municipal de Almada (CMA) ter demorado tanto tempo para receber a estrutura representativa do MAP em Almada, reunião que só ocorreu a três de abril da dois mil e dezoito. Revelaram apreensão pela falta de compreensão do executivo municipal em relação ao MAP e a atitude de permanente desvalorização.

Colocaram questões à CMA, sem resposta, relativas a: cortes no apoio ao movimento associativo, incluindo as Bandas Filarmónicas; demora na transferência das tranches acordadas entre a CMA e o MAP; ausência de assinatura de protocolos de colaboração e contratos-programa; falta de investimento em infraestruturas; estado da evolução da criação do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo (GAMA), o qual daria resposta nas áreas da formação, apoio contabilístico e jurídico; projeto dos Jogos Tradicionais. Ficaram com a sensação de que existe por parte da CMA um total desconhecimento sobre estas matérias.

Os dirigentes da ACCA defendem que o MAP é um eixo prioritário no desenvolvimento associativo do Concelho de Almada, afirmam que existe um sentimento generalizado de desilusão e profundo desencanto por parte das Coletividades na relação com a CMA.

A ACCA apresentou à 2.ª Comissão os seus projetos relativamente a: divulgação de programas de apoio ao MAP; formação de dirigentes associativos; apoio jurídico e contabilístico; Jogos Tradicionais nas escolas; pretendem continuar envolvidos nos eventos desportivos da CMA; regulamento de proteção de dados; plano de proteção contra incêndios (Proteção Civil). Aqui,

enalteceram o apoio das Juntas de Freguesia e lamentaram a ausência de respostas da CMA em áreas onde, técnica e politicamente, podem colaborar com o MAP.

Conforme consta na ata n.º 3/XII-1.º/2017-21, as matérias apresentadas nesta reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida no dia vinte e quatro de setembro recebemos a Plataforma Cultural de Almada (PCA), representados pelos senhores: Sofia Oliveira (Teatro Extremo), Karas (Ninho de Víboras), Diogo Novo (Plateia d'Artes), Paulo Nuno (GI Trafaria), Eugénia Viana e Mara Martins (Grupo Cénico Incrível Almadense) e Anabela Neves e Jorge Xavier (O Grito).

Na presença dos deputados municipais que compõem a 2.ª Comissão, os representantes da PCA manifestaram preocupação pelo facto de a Câmara Municipal de Almada (CMA) não estar a corresponder no processo de acompanhamento do trabalho de desenvolvimento cultural, em particular no teatral, que deve ser feito entre o executivo municipal com os grupos de teatro do concelho. Assumiram preocupação por considerarem que há uma atitude de desvalorização em relação aos grupos de teatro local e ao seu trabalho.

Relativamente à linha de apoio à produção teatral e ao movimento associativo, ao qual também recorrem pela abrangência do regulamento, afirmam existir demora na transferência das tranches, o que põe em causa o desenvolvimento da atividade regular dos grupos.

Alertaram para a dificuldade de relacionamento com os serviços municipais na organização da 22.ª edição da Mostra de Teatro de Almada; o pouco espaço de participação dado aos grupos que são parte integrante e fundamental para o sucesso da iniciativa; a pouca receptividade de propostas para a melhoria do trabalho de intervenção cultural.

Por fim, afirmaram a importância do Teatro-estúdio António Assunção como espaço de programação e oportunidade para os grupos de teatro do concelho e questionaram qual o futuro que o executivo municipal reservará a este equipamento da rede de infraestruturas culturais de Almada.

Conforme consta na ata n.º 4/XII-1.º/2017-21, as matérias apresentadas nesta reunião foram apreciadas pela Comissão.

Almada, 23 de novembro de 2018

O Presidente da Comissão

Luís Filipe Almeida Palma